

Delega competência para autorização de despesas e dá outras providências.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as alterações procedidas nos quadros da Administração do Ministério Público,

R E S O L V E

Art. 1º – Delegar competência à Secretária-Geral do Ministério Público, Doutora **ANA CAROLINA BARROSO DO AMARAL CAVALCANTE**, Promotora de Justiça, matrícula nº 3223, para, como ordenador de despesas, praticar atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, em especial, para:

I – autorizar despesas, reconhecimentos de dívida, emissão de notas de empenho, movimentação de recursos financeiros e pagamentos de despesas orçamentárias;

II – autorizar abertura ou dispensa de licitação, aprovação desta, aceitação do objeto do contrato e aplicação de penalidades, bem como os correspondentes atos de alteração, revogação ou anulação;

III – autorizar a concessão de adiantamentos e de diárias, aprovando ou impugnando as respectivas prestações de contas;

IV – autorizar e assinar acordos, convênios e contratos, assim como aplicar penalidades previstas em lei, quando verificar descumprimento de obrigação contratual;

V – autorizar despesas de pessoal;

VI – efetuar requisição de transporte aéreo de passageiros e de carga;

VII – autorizar a abertura, encerramento e movimentação de contas-correntes por qualquer meio, de forma isolada ou conjunta com outros ordenadores de despesas.

Parágrafo único – Não se compreendem nas delegações de competência previstas neste artigo as declarações de inexigibilidade de licitação.

Art. 2º – A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução GPGJ nº 1.799, de 17 de janeiro de 2013, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2015.

Marfan Martins Vieira
Procurador-Geral de Justiça